



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA - EAD**

**CIDADANIAS MUTILADAS EM TEMPOS DE BOLSONARISMO:  
DISCURSOS E VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL - 2019 A 2022**

**DANILO SANTOS RIBEIRO**

Foz do Iguaçu - PR  
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA - EAD**

**CIDADANIAS MUTILADAS EM TEMPOS DE BOLSONARISMO:  
DISCURSOS E VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL - 2019 A 2022**

**DANILO SANTOS RIBEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista (Pós - graduação) em Relações Internacionais para docentes da Educação Básica – EAD.

Orientador: Prof. Anaxsuell Fernando da Silva.

Foz do Iguaçu - PR  
2024

DANILO SANTOS RIBEIRO

**CIDADANIAS MUTILADAS EM TEMPOS DE BOLSONARISMO:  
DISCURSOS E VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL - 2019 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista (Pós - graduação) em Relações Internacionais para docentes da Educação Básica – EAD.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Anaxsuell Fernando da Silva  
UNILA

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor (a): Danilo Santos Ribeiro.

Curso: ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – EAD.

Tipo de Documento

(.....) graduação  
( x ) especialização  
(.....) mestrado  
(.....) doutorado

(.....) artigo  
(.....) trabalho de conclusão de curso  
(.....) monografia  
(.....) dissertação  
(.....) tese  
(.....) CD/DVD – obras audiovisuais  
(.....) \_\_\_\_\_

Título do trabalho acadêmico: **CIDADANIAS MUTILADAS EM TEMPOS DE BOLSONARISMO: DISCURSOS E VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL - 2019 A 2022**

Nome do orientador (a): Prof. Anaxsuell Fernando da Silva

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor (a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública **Creative Commons Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

## RESUMO

O artigo científico possui como tema propulsor, analisar os discursos e danos coletivos à democracia e às cidadanias em tempos de bolsonarismo. A partir de uma análise concisa, compreender as múltiplas violações aos direitos humanos ocorridas no campo discursivo no Brasil durante o período desse regime. O governo Bolsonaro, executado no Brasil no período de 2019 até 2022, foi acometido pela pandemia de COVID-19, momento crítico ao nível global. Entretanto, Bolsonaro, presidente em exercício no executivo brasileiro, foi evidenciado em diferentes mídias nacionais e internacionais pela sua tratativa aos direitos dos cidadãos brasileiros em momento de crise sanitária internacional. Entender as implicações das políticas do presidente brasileiro, sua inércia e desrespeito aos direitos humanos, suas violações e consequências ao país.

**Palavras-chave:** Bolsonaro; Direitos humanos; Violações; Brasil.

## **ABSTRACT**

The main theme of this scientific article is to analyze the discourses and collective damage to democracy and citizenship in times of Bolsonaro. Based on a concise analysis, it aims to understand the multiple violations of human rights that occurred in the discursive field in Brazil during the period of this regime. The Bolsonaro government in Brazil from 2019 to 2022 was hit by the COVID-19 pandemic, a critical moment at the global level. However, Bolsonaro, the incumbent president of the Brazilian executive, has been highlighted in different national and international media for his treatment of the rights of Brazilian citizens at a time of international health crisis. To understand the implications of the Brazilian president's policies, his inertia and disrespect for human rights, their violations and consequences for the country.

**Keywords:** Bolsonaro; Human rights; Violations; Brazil.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>2 ESCALADA E ASCENÇÃO DO BOLSONARISMO NO BRASIL</b> .....	11
<b>3 BOLSONARO E AS CIDADANIAS MUTILADAS</b> .....	14
3.1 BOLSONARISMO E O DIREITO DAS MULHERES.....	17
3.2 BOLSONARISMO E O DIREITO DAS PESSOAS NEGRAS .....	23
3.3 BOLSONARO E OS DIREITOS HUMANOS.....	25
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	30

## 1. INTRODUÇÃO

O final do ano de 2019 foi antecedido pelo surgimento do vírus Covid – 19, identificado no mês de dezembro inicialmente em Wuhan, província chinesa. Os primeiros casos foram noticiados pelas redes mundiais de informação nos mais diversos canais midiáticos. O surgimento do vírus acabou por acarretar uma série de quadros pneumáticos nos pacientes infectados e sintomáticos, levando várias dessas pessoas ao óbito, principalmente indivíduos considerados do grupo de risco (pessoas com doenças crônicas e idosas). Essa situação elevou consideravelmente a atenção internacional de países e da Organização mundial de saúde (OMS) para o aumento rápido de contaminação e pelo nível alto de mortalidade causado pelo Covid – 19.

Alcançando um grau singular de atenção das nações e dos órgãos de saúde mundiais para uma possível propagação de uma pandemia do vírus devido a sua capacidade de mutação e de propagação em alta escala, países de todos os continentes começaram a tomar medidas de precaução e segurança para combaterem uma possível pandemia no ano de 2020. Entretanto tais medidas, (fechamento de fronteiras, distanciamento social, uso de máscaras e isolamentos sociais e etc.), não conseguiram por impedir que o contágio com o Covid – 19 se tornasse uma realidade a nível global.

Uma das medidas adotadas por grande parte das nações e defendida pela OMS como medida para conter a propagação do vírus e o possível aceleração na quantidade dos casos de contaminação além do efetivo uso de máscaras e do distanciamento social, foi o isolamento social (mais brando) ou o lockdown em situações mais graves de contágios. A estratégia do isolamento social, medida muito usada em todos os países durante o ano de 2020, como forma de combater a pandemia do Coronavírus concentrava-se em determinar que pessoas permanecessem em casa, atividades profissionais fossem executadas de forma remota, instituições e estabelecimentos comerciais fossem fechados e etc., enquanto decretos federais, estaduais e municipais assim o exigissem.

O isolamento social, dentre outras medidas de contenção e combate da pandemia do Covid – 19 exigiram que o Brasil decretasse, como tantos outros países, o fechamento de instituições de ensino e diversos estabelecimentos comerciais a nível federal, estadual e municipal.

O Brasil se destacou negativamente no contexto mundial das respostas à pandemia de COVID-19 desde o primeiro semestre de 2020 as taxas de transmissão se mantiveram altas e os números de



casos e de óbitos excepcionalmente elevados; (...) com a queda do número de óbitos nos Estados Unidos, o país poderá vir a ocupar o tenebroso primeiro lugar no ranking de perdas de vidas durante a pandemia (WERNECK et al., 2021, p. 4)

Nessa realidade, o chefe do executivo brasileiro mostrou-se diversas vezes indiferente as normativas e tratativas estabelecidas por órgãos internacionais para combater a propagação da COVID – 19, violando em diferentes momentos direitos garantidos constitucionalmente e estabelecidos por meio de acordos internacionais para os cidadãos brasileiros. Bolsonaro caminhou na contramão das orientações da OMS, recusou as recomendações sanitárias adotadas por diferentes Estados-nação do mundo, orientou-se indiferente as recomendações internacionais da ONU, marchou por uma via de diplomacia das relações internacionais discrepante das boas relações brasileiras executadas nas décadas anteriores. Se atrelou em nível internacional com países alinhados em sua perspectiva ideológica, causando descrença e isolamento do Brasil em nível internacional.

O que nós podemos mostrar e verificar foi que as falas do presidente subestimaram a seriedade da pandemia, estimularam a desinformação como estratégia política e promoveram a pseudociência, enfraquecendo as ações do Ministério da Saúde. (...) Nossos resultados também mostraram como houve uma descoordenação entre os governos federal, Estados e municípios (Jornal da USP, 2021, p. 3).

O retrato das tratativas do Presidente da República brasileira durante a pandemia de COVID – 19 foram na verdade uma representação e reprodução do que foi todo um período de governo marcado por obstáculos e violações aos direitos dos brasileiros. O Bolsonarismo no Brasil implicou em um retrocesso na luta pela ampliação das cidadanias brasileiras, seja em nível nacional, estadual ou municipal.

O bolsonarismo está ligado a esta guinada à direita vivenciada pelo Brasil nos últimos anos que faz com que a política se organize a partir de outras perspectivas. Para Pinheiro Machado e Freixo, o bolsonarismo é marcado “por uma visão de mundo ultraconservadora que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo” (FREIXO; MACHADO, 2019, p.19).

Esse movimento implicou na ordem das ideias, dos discursos e da propagação e defesa do conhecimento científico.

O negacionismo é um fenômeno social não apenas porque implica a produção e difusão em massa de teses controversas em relação a consensos científicos validados, mas também porque teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas. Simultaneamente, o negacionismo é um fenômeno político porque, o mais das vezes, está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos. Isto ocorre, sobretudo, quando tais conhecimentos inspiram políticas públicas destinadas a transformar comportamentos e modos de vida coletivos, os quais afetam interesses econômicos poderosos (DUARTE; CÉSAR, 2020, p. 09).

Bolsonaro propagou em seus discursos oficiais e em práticas de governo fake-news, inverdades, descrença do conhecimento científico, teses negacionistas e políticas públicas contraditórias ao conhecimento baseado na ciência. Seu governo difundiu em nível nacional medidas e formas de tratamento não testadas, questionou os métodos verificados, promoveu ignorância e comportamentos coletivos nocivos aos brasileiros.

A pesquisa retratada nesse corpo textual propôs analisar de forma concisa um período de 04 anos da política brasileira, diretamente relacionado aos impactos nos direitos políticos, sociais, civis, humanos e suas implicações nas cidadanias e relações internacionais, momento marcado pelo avanço de discursos e práticas ideológicas mais extremistas e conservadoras.

Duas décadas após o regime militar implantado a partir de um golpe, marcado pelas políticas de exceções em relação aos direitos constitucionais, o Bolsonarismo foi implantado por vias democráticas, sempre flertando com o militarismo e impondo duras perdas a sociedade brasileira. O Brasil possui um rol extenso de direitos humanos fundamentais contidos na Constituição Federal da República Federativa de 1988, na prática se notou uma inobservância dos mesmos durante os anos de 2019 até 2022. Os impactos dessas violações aos direitos humanos repercutiram negativamente para o país, o que propunha no respectivo período uma queda no prestígio brasileiro nas relações externas e um antagonismo ao Presidente da República em nível nacional e internacional.

Os direitos e garantias fundamentais contemplados no art. 5º da Constituição de 1988 foram o marco histórico da transição para a democracia e o início da efetivação dos Direitos Humanos no Brasil. De fato, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ter por preceito a observância desses direitos tornou-se condição sine qua non, seja no direito interno, seja no âmbito da política externa do País. (BRASIL, SENADO FEDERAL, 2014, p. 10).

Para descrever o momento de 2019 até 2022 recorreram-se aos registros bibliográficos, jornalísticos e revistas, levaram-se em consideração discursos, entrevistas

e relatos produzidos por Bolsonaro em suas diversas atividades vinculadas com a política externa brasileira, explicados a partir da descrição dos períodos mais marcantes do momento histórico em que vigorou o bolsonarismo no Brasil e seus impactos observados em nível nacional e internacional.

## **2. ESCALADA E ASCENÇÃO DO BOLSONARISMO NO BRASIL**

O Bolsonarismo no Brasil pôde ser visto como um fenômeno múltiplo, uma vez que agregou diversos discursos e setores. A ascensão de Bolsonaro a Presidência da República brasileira foi acarretada pela mobilização de muitos sujeitos e grupos com ideias radicais que não alcançavam visibilidade em governos anteriores. O próprio Jair Bolsonaro articulou e propagou discursos que mobilizaram setores extremistas.

Uma rápida análise da campanha eleitoral de Bolsonaro é suficiente para identificarmos o uso exaustivo da pauta antigênero, particularmente articulada a notícias falsas e a polêmicas públicas. Chama a nossa atenção o vínculo que o campo de apoio do presidencialista elaborou entre a sexualização precoce das crianças e as ações dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Um exemplo emblemático foi a polêmica criada em torno do chamado “kit gay” que atribuía a Fernando Haddad (PT) a responsabilidade pela elaboração do material. O próprio candidato, Jair Bolsonaro, reconheceu em entrevista que seu engajamento nesta agenda contribuiu para alavancar sua carreira política. Esta retórica permaneceu ao longo de sua campanha com o apoio de setores conservadores da sociedade e de coletivos como o Movimento Escola sem Partido, criado em 2004 com o objetivo de combater a suposta doutrinação de esquerda realizada por professores, bem como se contrapor à elaboração de livros didáticos considerados inadequados. (SELIS; PRADO, 2021, p. 7).

O bolsonarismo não foi originado do nada, ele constituiu na representação de uma sociedade em colapso em suas estruturas democráticas. Alcançou uma força desproporcional na sociedade devido aos erros cometidos e acumulados por governos anteriores.

O Brasil que antecedeu o bolsonarismo esteve marcado por corrupção, instabilidade, fake news, CPI’S, processos de derrubada de presidentes e prisão de políticos. Incidiu em um país marcado por instituições não confiáveis.

Situações como esta remetem à premissa de uma crise democrática, que redireciona à deteriorada confiança na capacidade das instituições políticas existentes, onde “alguns caçadores de votos, apresentando-se como outsiders intocados pela podridão e pela paralisia ‘que aí estão’, conseguem capitalizar a frustração do

eleitorado e captar a simpatia de alguns de seus membros [...]” (BAUMAN, 2016). Há uma certa “desilusão” ou “perda de confiança” nas instâncias políticas democraticamente eleitas (BARROSO, 2018, p. 45-46). E “[...] é crescente a preocupação com o ‘déficit democrático’ ou com a ‘perda de vitalidade da democracia’” (GAVENTA, 2004, p. 7). Citado por (BRUSTOLIN, Alessandra, 2021, p. 86).

Era o Estado desregulado, incapacitado de produzir segurança aos seus cidadãos. São nesse contexto descomunal que ascendeu discursos permeados de extremismo, de tentativas de organizar o Estado, combater as instituições falidas, os partidos corruptos.

O Antipetismo foi um fenômeno nacional, explicado na seguinte citação:

Podemos então caracterizar o antipetismo como negação ao PT e às suas práticas de governo. Seus adeptos encaram o partido como protagonista dos escândalos de corrupção (Mensalão, Petrolão, pagamentos propina), responsável pela retração da economia, pelo aumento do desemprego e ineficiência de gestão de recursos. Quando analisamos e comparamos as pesquisas de intenção de voto entre as últimas eleições presidenciais no quesito renda, se faz notável a rejeição de uma parcela considerável de eleitores. Configurando assim, um marco expressivo de perda de eleitorado que contribuiu fortemente para a derrota de Fernando Haddad (candidato à presidência nas eleições de 2018) perante Jair Bolsonaro. (TURINI; CORRÊA, 2019, p. 08).

Grupos minoritários e direitos viraram inimigos da nova direita em constante ascensão, o novo movimento tomou as ruas, palanques e cidades brasileiras, entre eles, surgia Jair Bolsonaro com sua política e ideologia para um Brasil diferente. Seu discurso era carregado de xenofobia, racismo, homofobia, machismo e etc.

O Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, eleito nas eleições presidenciais do Brasil em 2018, tem se mostrado desde então um grande porta voz de discursos para além de antidemocráticos, mas que atacam diretamente a democracia brasileira, com retórica de extrema-direita. Esse comportamento tem sido denominado no debate público nacional e internacional como uma onda conservadora (ALMEIDA, 2019, p. 85).

Foi um discurso potente, direto, sem rodeios e que alcançou uma força inimaginável. Mesmo antes das eleições, por meio de inúmeras declarações, sem apresentação de provas, Bolsonaro constantemente atacou os direitos humanos e seus representantes no Brasil. Constituiu uma narrativa enraizada permanentemente em violência, no estímulo a discriminação pública de grupos minoritários, subhumanização e descaracterização de povos tradicionais e na redução da representação social desses indivíduos e de seus direitos constituídos. Consistiu em um discurso fascista, carregado de intolerância, violência e desrespeito aos que não foram reconhecidos pelo

bolsonarismo.

O fascismo ocorre a transferência da vontade de poder para as questões sexuais, a intolerância de hábitos sexuais não conformista, o machismo; cada um é educado para tornar-se um herói, o heroísmo é a regra; o elitismo é também um aspecto dessa ideologia, o desprezo pelos fracos, que têm necessidade e merecem um dominador (ECO, 2018).

Em vários momentos Bolsonaro flertou com ideias condizentes com o período do regime militar e seus representantes, momento que havia sido instituído por meio de um golpe realizado no Brasil em 1964.

Depois de três décadas do fim do regime militar no Brasil, manifestações pedindo a volta do regime e de uma intervenção militar, começaram a ocupar as ruas e as redes sociais. Somando-se a isso, em meio à pandemia da CO-VID-19 que o mundo está vivenciando, muitos brasileiros, endossados pelas falas presidenciais que minimizam as consequências desse novo coronavírus, além de pedirem pelo fim do isolamento social, não cumprem as medidas adotadas pelos estados e municípios contra o avanço da doença. O cenário político, que, desde as eleições de 2014, deflagrou uma polarização política, está em crise, demonstrando fragilidade das instituições democráticas e da capacidade de amenizar as desigualdades sociais e econômicas. (MORAIS; MILANEZI, 2020, p. 42).

Abraçado por uma significativa parcela popular, não assustou, mas acomodou e deu voz. Foi nesse contexto que nas eleições de outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro venceu o pleito eleitoral, sendo eleito presidente da República brasileira.

O cenário político que antes deflagrava uma polarização, após o pleito de 2018 acirrou as relações sociais no Brasil, Bolsonaro atacou a capacidade e a estabilidade do judiciário e legislativo brasileiro. Não existiam projetos, visões para um futuro do país, o seu campo discursivo mostrou-se adequado com o período de instabilidades após quase duas décadas de governos de esquerda, e sérios destaques de corrupção nos setores que compunham a política nacional.

Sua ascensão era um reflexo de um momento político vivido no continente, muitos governos de esquerda haviam sido substituídos na América Latina. Com discursos semelhantes ao de Bolsonaro, extremismos ganharam palco na América.

O bolsonarismo soube captar essa demanda por valores tradicionais e esses sentimentos reativos, catapultando os ressentimentos de uma masculinidade perdida e impotente frente ao seu novo papel social, de um racismo eivado de privilégios, de uma homofobia assustada e reprimida, buscando restaurar uma ordem falocêntrica,

patriarcal e racista, dialogando com uma base social em grande parte de militares, policiais e ex-policiais, e milícias – essas “filhas bastardas da ditadura”. (RODRIGUEZ, 2020, p. 8).

O processo que culminou na vitória de Bolsonaro foi arraigado no fundamentalismo, na descrença popular nas instituições, em uma leitura de um Brasil a partir da fragilidade das instituições democráticas. O candidato foi eleito presidente a partir de uma oratória permeada de inverdades, violências, discursos de ódio e preconceitos. Durante o período da pandemia o Bolsonarismo lançou seus discursos nocivos na ciência, na eficácia do sistema democrático e em diversos processos estruturais do regime político brasileiro.

O processo que culminou na ascensão bolsonarista no Brasil foi um reflexo do avanço da extrema direita e do conservadorismo ao redor do mundo. Discursos xenófobos, homofóbicos e racistas transcenderam e persistiram no mundo nas duas últimas décadas, marcados por um enfraquecimento dos partidos de esquerda, o cenário foi ideal para o fortalecimento da extrema-direita nas diferentes regiões continentais. Países como Itália, Estados Unidos, Alemanha, Portugal, Grécia, Espanha ou Reino Unido ampliaram radicalmente seus discursos contra grupos vistos como minoritários.

A ascensão Bolsonarista trouxe impactos marcantes nas relações externas brasileiras, colocou o Brasil em uma via marcada pela presença internacional de políticos ultraconservadores, o ativismo ideológico e regressista de Bolsonaro promoveu externamente uma visão de um país não alinhado com pautas democráticas, com políticas de gênero, raciais e minoritárias. Na ocasião o Brasil foi isolado internacionalmente, perdeu seu prestígio internacional e respeito, um líder do executivo que viajou pouco, se distanciou dos chefes de Estado internacionais e se aproximou de regimes antidemocráticos, submergiu seu protagonismo dentro do próprio continente americano.

### **3. BOLSONARO E AS CIDADANIAS MUTILADAS**

Uma das grandes marcas do governo Bolsonaro foram seus múltiplos desrespeitos aos direitos de grupos minoritários. Violações declaradas em rede nacional e suas múltiplas ideias distorcidas em relação aos direitos dos cidadãos brasileiros.

A partir do ano de 2020, o então presidente eleito, Jair Bolsonaro, em pronunciamento em rede televisa desconsiderava as recomendações internacionais

durante o período de pandemia de COVID-19, recomendações realizadas pela OMS em nível internacional pontuavam das possibilidades de propagação e os impactos nos cidadãos do mundo inteiro causados pelo vírus da Covid. Bolsonaro desconsiderou em entrevistas as orientações, falou publicamente inverdades e tratou o assunto com descrença e inverdades. O discurso produziu letalidade, fake news e incredulidade por parte da população nos órgãos de saúde.

Em muitos momentos, o chefe do executivo definiu o vírus apenas como uma gripe, de pouco impacto, clamou para que os cidadãos brasileiros saíssem de suas residências, deixando o confinamento para que a economia nacional não sofresse os impactos de um isolamento desnecessário em sua percepção política. O presidente andou na contramão dos direitos dos cidadãos, constitucionalmente celebrados no Brasil, saúde, respeito, dignidade, trabalho e segurança. As diretrizes dos direitos humanos no Brasil foram garantidas em esfera jurisdicional, na Constituição Federal de 1988 e em acordos e tratados internacionais realizados pelos vários governos brasileiros.

O Geógrafo Milton Santos em seu texto, *As Cidades Mutiladas* destacou que na história do Brasil, podemos entender o conceito a partir de como os múltiplos governos trataram o assunto, e de como essa ideia persiste enraizada em nossa sociedade.

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e devir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação. Quem por acaso passou ou permaneceu na maior universidade deste estado e deste país, a USP, não tem nenhuma dúvida de que ela não é uma universidade para negros. E na saúde também, já que tratar da saúde num país onde a medicina é elitista e os médicos se comportam como elitistas, supõe frequentemente o apelo às relações, aquele telefone que distingue os brasileiros entre os que têm e os que não têm a quem pedir um pistão. Os negros não têm sequer a pedir para ser tratados. (...). (SANTOS, Milton, 1997, p. 134).

SANTOS permitiu compreender que Saúde, segurança, proteção, respeito à integridade e vida humana, deveriam ser direitos não apenas estabelecidos, mas defendidos em âmbito nacional e social. Ainda que na contemporaneidade sejam defendidos em nível internacional, presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição brasileira, Bolsonaro os desconsiderou inúmeras vezes em

suas falas e defesas ideológicas.

Ao longo dos últimos duzentos anos, os direitos humanos foram sendo incorporados nas constituições e nas práticas jurídico-políticas de muitos países e foram reconceptualizados como direitos de cidadania, diretamente garantidos pelo Estado e aplicados coercitivamente pelos tribunais: direitos cívicos, políticos, sociais, econômicos e culturais (Santos & Chaui, 2013, p. 50).

Ainda que fosse direitos reconhecidos como inerentes a dignidade dos seres humanos, o presidente intencionalmente os rejeitou e caminhou pela via do desprezo e o desrespeito, os atos de Jair são barbárie que ultrajam a consciência humana e o advento de um mundo pautado na liberdade, proteção, dignidade, democracia e respeito aos seres humanos.

Para além da pandemia, suas violações eram ataques aos direitos dos cidadãos presentes na Constituição Federal de 1988, uma vez que a cidadania brasileira foi celebrada na carta constitucional e levou em consideração os próprios direitos humanos ali inseridos por meio das garantias estabelecidas, violar direitos básicos, foi mutilar, desfigurar os cidadãos brasileiros de suas próprias necessidades, integridade e direito reconhecido por lei e por fim da própria democracia.

Não há democracia, hoje, sem direitos humanos [...] Os direitos humanos são o principal aporte da modernidade, a partir das revoluções inglesa, americana e francesa, à teoria e à prática da democracia, contribuindo para relações humanas mais verazes, mais respeitadoras do outro – mais democráticas. Contribuem para o cidadão moderno se definir a partir de seu direito a ter direitos, a partir de uma ideia de cidadania focada na recusa do arbítrio, da dependência da vontade alheia. (RIBEIRO, J, 2017, p. 56).

Ao descaracterizar o cidadão brasileiro por inúmeros posicionamentos e discursos, o bolsonarismo atacou diretamente o ideal de democracia e cidadania brasileiras. O desrespeito aos direitos de cada cidadão do país foi uma afirmação da própria ausência de valor dada pelo presidente ao povo brasileiro e aos direitos humanos.

No tópico seguinte, serão pontuados casos específicos em que o presidente do Brasil discursou, expôs seu raciocínio, sua ideologia, atacou e desrespeitou grupos minoritários, usando de uma lógica racista, sexista, excludente e desconectada com os princípios democráticos e com os direitos humanos defendidos em âmbito nacional e internacional. Ocasões em que adotou uma série de posicionamentos que ignoraram trajetórias das discussões internacionais defendidas pelo Brasil em gestões anteriores e



que proporcionaram uma conduta externa de isolamento do país.

O presidente gradualmente danificou a postura brasileira de país da diplomacia, de promovedor da não intervenção e defensor da autonomia e soberania dos Estados, orientação política internacional construída na busca da resolução de conflitos de forma pacífica e na viabilidade do diálogo entre as nações, originada ao longo de todo um período da história política nacional e internacional brasileira.

Agenciou uma política antiglobalista, preconceituosa e pautada em ignorância. Recusou informações científicas, tencionou relações diplomáticas, insultou povos e minorias, criou narrativas distorcidas, ideológicas, desrespeitou os direitos humanos e geriu as relações externas como se o Brasil fosse isolado do restante do mundo. Promoveu uma descontinuidade de agendas, acordos e estratégias de promoção dos direitos humanos no país, reposicionamento o Brasil internacionalmente numa agenda antiprogressista e isolacionista.

### **3.1 BOLSONARISMO E O DIREITO DAS MULHERES**

O que permitiu o motivo do existir do bolsonarismo e seu enraizamento na política brasileira antecedeu o período em que o ex-deputado federal foi eleito Presidente da República. Muitos dos discursos vorazes e violentos de Bolsonaro e que permitiram sua ascensão entre grande parte de seu eleitorado, possuíam origem em seus discursos proferidos para vários setores aos quais Bolsonaro não dialogava e atacava constantemente. Junto ao cenário de ascensão de Jair, estava o desabrochar intenso de uma violência simbólica contra as mulheres ocasionada pelo Impeachment da presidenta Dilma. Nesse contexto a misoginia bolsonarista escancarada tomou grande proporção pelo país em suas falas, atitudes e entre seus eleitores.

O impeachment da primeira mulher presidenta veio com a mensagem "Tchau querida". Cidadãos comuns colocavam em seus carros um adesivo representando Dilma Rousseff de pernas abertas, de modo que, quando abastecessem o veículo, a bomba de gasolina fosse enfiada em sua vagina. E por falar em vaginas, houve também quem dedicasse o voto a favor do impeachment ao coronel Brilhante Ustra - não por coincidência um torturador que enfiava ratos nas partes íntimas das mulheres. E também não por coincidência, esse homem se tornou presidente da República apoiando-se bastante em uma promessa específica: liberar as armas (Pinheiro-Machado, 2019, p. 91).

Em 2014, o então Deputado Federal, Jair Bolsonaro declarou que não estupraria

uma colega parlamentar, porque ela não merecia e era muito feia. O discurso não era apenas machista e sexista, como propôs uma transgressão direta aos direitos das mulheres.

Menosprezou o papel das mulheres na política, suas contribuições sociais e à dignidade, fossem elas parlamentares ou componentes civis da sociedade. O discurso entoado por Bolsonaro era uma percepção distorcida das mulheres, uma violação acolhida e exaltada por grupos que compunham o meio político concebido pela extrema direita no Brasil. E que nos próximos anos fortaleceria e enalteceria o Bolsonarismo e o seus caminhos até o Planalto e ao cargo de presidente da República.

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde formas econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de receber tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). (CRENSHAW, 2002, p. 176).

Jair Bolsonaro não via dificuldade em ser misógino e acolhido em um país sexista. Em seus múltiplos discursos, constantemente atacou mulheres em seu direito de existir. Declarou inúmeras vezes que o gênero feminino era fraco e inferior.

Em entrevista ao portal Zero Hora, Bolsonaro declarou que licença-maternidade afetaria os patrões, que no Brasil havia muitos direitos trabalhistas, que entre um homem e uma mulher, os patrões iriam preferir mulheres, uma vez que mulheres engravidam e depois os patrões teriam que pagar essa conta pelo período de afastamento devido à licença maternidade. Insinuou no mesmo discurso que mulheres que decidiam por engravidar deveriam ganhar menos e caso não ficassem contentes, que buscassem outros meios de sobrevivência.

Quando era questionado em relação aos filhos, o então chefe do executivo declarava que havia tido cinco filhos, quatro homens e no quinto, uma fraqueja, uma vez que seu último filho veio mulher. Suas transgressões de gênero eram encontradas vastamente pela internet, Bolsonaro enxergava mulheres como inferiores e não integradas à sociedade. Sua visão deturpada das mulheres não era apenas um insulto,

consistia em uma ameaça ao direito e às garantias constitucionais das mulheres. Apoiado por segmentos conservadores, religiosos e extremistas, o bolsonarismo corrompeu o direito inerente às mulheres. Seus discursos antidemocráticos podem ser lidos na sequência, para uma melhor compreensão da intolerância e ódio de Bolsonaro.

(...) D11 - “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece” (2003 e 2014). A frase foi dirigida à deputada Maria do Rosário (PT-RS), primeiro durante uma discussão nos corredores da Câmara em 2003, diante de vários jornalistas, depois repetida em 2014, dessa vez na tribuna da Casa. Em esclarecimento ao jornal Zero Hora na época, Bolsonaro disse que a colega “não merece (ser estuprada) porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria”; D12 - “Por isso o cara paga menos para a mulher (porque ela engravida)” (2014); D13 - “Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher” (2017). (Silveira Neto et al., 2024, p. 86).

A difusão do neoconservadorismo pela via religiosa foi elemento basilar no atual estágio do capitalismo no Brasil. Por ocasião do acirramento da lógica neoliberal, o ideário de determinados seguimentos neopentecostais foram funcionais ao capital especialmente no que tange ao consumo perdulário que está contido na teologia da prosperidade. Em tempos de neoliberalismo extremado em que o mercado é Deus, as bênçãos desse “sagrado” são contadas nas cifras do capital. Nesse contexto, o gênero feminino é alvo constante da investida do presidente Bolsonaro, pois, sendo um governo explicitamente dito neoliberal, busca fincar as bases de ideologização conservadora-religiosa para o consenso da classe trabalhadora justamente no que é instrumental à lógica de lucro do sistema capitalista de produção. Com isso, o fomento às ideologias com nexos patriarcais resulta na subalternização das mulheres que garante a renovação geracional e cuidados no lar de trabalhadores disponíveis para o mercado mediante um trabalho não remunerado e invisibilizado do gênero feminino, tido como dom natural delegado por Deus. (BARROS; PEREIRA, 2022, p. 10 e 11).

Mas, não foi apenas ao feminino em territorial nacional que o Bolsonarismo foi eficaz em violentar. Em 2019, Bolsonaro desrespeitou e ofendeu a pessoa da primeira-dama da França, Brigitte Macron. No episódio, Jair desdenhou da aparência da mulher do presidente francês. Em um post de rede social realizou um comparativo entre as primeiras – damas de cada país, na ação, Bolsonaro agiu de forma etarista ao falar da idade da mulher de Macron e de sua própria esposa e desrespeitosamente ao comentar atributos estéticos da primeira-dama francesa.

Em guerra com o presidente francês, Emmanuel Macron, que o criticou pela série de queimadas na Amazônia, Jair Bolsonaro endossou um comentário de um internauta no Facebook, que

zombava da mulher de Macron, Brigitte, 24 anos mais velha que o marido e foi criticado nas redes sociais. A imprensa francesa também repercutiu o comentário, chamando o brasileiro de sexista. [...] No sábado um seguidor postou foto dos dois casais em um post do presidente brasileiro, com a legenda: 'Agora entende por que Macron persegue Bolsonaro?' O próprio respondeu: 'Não humilha cara, kkkkk. O comentário foi acompanhado de uma montagem: de um lado, Emmanuel Macron e sua mulher Brigitte; e, de outro, o presidente brasileiro e sua mulher, Michelle, 27 anos mais jovem que Bolsonaro. (O GLOBO, BOLSONARO..., 2019).

Entretanto, qual relação pôde-se produzir entre seus discursos e os direitos humanos? – Os direitos humanos promoveram o respeito, dignidade, repudiaram torturas, maus tratos, humilhação, discriminação por doença, deficiência, sexo, cor, religião. Lutaram pela preservação da integridade física e mental. Existiram e resistem na defesa dos direitos de acesso ao trabalho, saúde, educação, lazer e preservação da igualdade perante a lei, segurança e o direito de todos serem vistos como de igual importância, sendo igualmente respeitado em dignidade e valor como pessoa. Os discursos foram violações à dignidade das mulheres, ao direito de existência de cada uma delas, consistindo em violência simbólica. Foram enraizados em uma ideia de dominação masculina que inferiorizava e tornava mulheres subalternas. Propagando discursos em um parlamento, nas mídias nacionais e internacionais que difundiam o abuso, estupro, violação, inferiorização ou diminuição dessas pessoas por questões de gênero sendo uma clara transgressão dos direitos constitucionais e dos direitos humanos defendidos em nível internacional.

A noção de dominação vai estar incorporada pelos indivíduos no pensamento, nos corpos, nos símbolos, na linguagem, porque “os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais.” (BOURDIEU, 1999, p. 156).

Todo ser humano deveria ser tratado com dignidade e respeito. O Brasil é um dos países que entre os povos de todo o mundo celebram e se dignam respeitar os direitos humanos. O chefe de Estado, representante da nação brasileira por sua atuação de abrangência nacional e internacional deveria em sua função assegurar e reconhecer a observância dos direitos humanos universais, tornando inadmissível qualquer outra condição. Discursos como o de Bolsonaro são reconhecidos como promoção do ódio, da violência e da discriminação. Estão associados a atitudes que não condizem com o comportamento requerido para um chefe do executivo.

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e

vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento [...]. (BOURDIEU, 1999, Trecho do Preâmbulo).

Bolsonaro violou os direitos das mulheres consagrados mediante lutas históricas. Sua estratégia não foi somente machista e misógina, consistiram em segregação, preconceito e violência simbólica.

Essas reflexões permitiram observar que o Brasil perpassa por um aprofundamento da opressão às mulheres e retrocesso no debate pela igualdade de direitos de gênero. Compreende-se que esse aprofundamento é proveniente da direção econômica do capitalismo no contexto neoconservador de base patriarcal consubstanciado aos nexos da religião. A agenda neoconservadora do governo do presidente Bolsonaro expõe a classe trabalhadora a um grau maior de exploração da força de trabalho e piora das condições de vida em prol do aprofundamento do neoliberalismo. No que diz respeito às mulheres, o avanço do neoconservadorismo adensado aos nexos patriarcais pode ocasionar abalo no debate acerca dos direitos conquistados pelas lutas feministas pela igualdade de gênero. (BARROS; PEREIRA, 2022, p. 10).

Seu intuito foi descaracterizar qualquer relação identitária, mascarar as mazelas atenuadas no país, desconsiderar e invalidar os diversos grupos que compõem nossa sociedade. Em suas falas e diálogos que tocavam os direitos dos diversos setores minoritários, Bolsonaro procurou sempre exaltar os privilégios de uma pequena camada da sociedade, transparecendo em suas falas a crença no exercício do poder dos homens, brancos, héteros e dentro da norma. Houve em sua concepção um “não cidadão”, uma desnaturação da democracia, um espaço privilegiado para poucos, espaço esse que não engloba mulheres, era uma democracia desconfigurada, maculada pela mancha do bolsonarismo.

Em uma onda democrática (...) movimentos sociais frequentemente demandam por mais democracia e as pessoas em posição de autoridade proclamam suas intenções democráticas. Durante as ondas antidemocráticas, governos são transformados em maneiras que são entendidas como não-democráticas, movimentos sociais proclamam suas intenções de livrar-se da democracia, e figuras do governo orgulhosamente expressam hostilidades à democracia (MARKOFF, 1997, p. 1-2, apud TILLY, 2007, p. 40).

Era uma reinvenção da democracia pela ótica do Jair, nessa vertente, não condizia permitir a existência dos direitos fundamentais de todos os brasileiros. Havia estabelecido um regime mutilado, inconsistente, adulterado que impedia o direito de existir das mulheres brasileiras.

O presidente usava do espaço público, parlamentar, internacional para ferir os direitos femininos, suas lutas, vozes e existências. Em 2019, o Brasil foi reeleito a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU. Na contramão da agenda da ONU e defendendo pautas ultraconservadoras, o Brasil de Bolsonaro permaneceu com ideais vinculados ao patriarcalismo e à exclusão das menções de gênero.

Mesmo envolvido com uma agenda antigênero e com aproximação de governos ultraconservadores nas pautas vinculadas aos direitos das mulheres, o governo brasileiro foi reeleito, em outubro de 2019, a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU. O documento de campanha, porém, foi objeto de polêmica ao não incluir a proteção a grupos LGBTQI+ ou apresentar políticas específicas de gênero, contrariando a condução da política externa brasileira anterior. O documento também não trazia menções aos direitos reprodutivos ou à orientação sexual (Apud SELIS; PRADO, 2021, p.9).

Ao anunciar a candidatura do Brasil para o Conselho de Direitos humanos, Bolsonaro deixou evidente que em seu governo não haveria espaços para temas como gênero, igualdade e políticas de fortalecimento identitária capazes de gerar modificações sociais significativas no país. Suas pautas estavam na defesa de uma política conservadora e familiar, na qual, tais assuntos foram silenciados. Temáticas envolvendo feminismo, gênero e sexualidade não estavam presentes como um todo no Brasil, fossem aos discursos ou nos posicionamentos de seu governante entre 2019 e 2021.

Era um governo extremamente marcado por pautas antigênero, antipetismo, fake news e desmonte da ciência. Foi um período caracterizado pela descontinuidade de agendas que promoveram políticas de gênero, na contramão das políticas internacionais e regionais, o bolsonarismo configurou para o Brasil uma ruptura e descontinuidade, uma distância nas relações com seus parceiros externos, uma negação dos princípios democráticos e dos valores humanos defendidos em âmbito mundial por órgãos como a ONU. Do ponto de vista geopolítico, Bolsonaro negou o protagonismo brasileiro internacional, seu desdenhar das relações externas, dos chefes de Estado, enclausurou o país em um reduto profundo de neoconservadorismo. Sua política antigênero foi percebida como uma normativa brasileira para as relações internacionais, legando ao Brasil uma imagem controversa, tradicionalista, fundamentalista e reacionária.

### 3.2 BOLSONARISMO E O DIREITO DAS PESSOAS NEGRAS

A sociedade brasileira é estruturalmente racista, uma vez que em seu cerne de construção, o ideal de nação implantado pelos colonizadores no território da América portuguesa foi pautado na exploração da mão de obra africana.

Observa-se, portanto, na sociedade brasileira, manifestações práticas do racismo em sua face estruturada, como as vagas do mercado de trabalho destinadas às pessoas negras, principalmente, em cargos de relevância nos serviços públicos e privados. O racismo estrutural faz parte da ordem social brasileira e se reproduz consciente e inconscientemente nos aspectos culturais, econômicos e políticos da sociedade. Ele se apresenta nas formas de desigualdade racial arraigadas em nosso convívio social. É notório analisar também que o racismo está presente nas instituições, principalmente, aquelas que representam os aparelhos repressivos do Estado (ALTHUSSER, 1985), como vemos nas instituições policiais. Muitas vezes policiais despreparados perseguem, agridem e até matam negros no país por motivos escusos (SILVA e SALDANHA, 2020). Os veem como marginais e pessoas altamente perigosas para a sociedade, sem dúvidas, uma visão entorpecida pela ideologia racista dominante e hegemônica. Citado por (SOUSA, BRUSSIO, 2023, p. 13).

Abolição e séculos de libertação não geraram cidadania complexas e reais aos povos e populações negras. O negro foi segregado, negado em sua identidade e cidadania. Um cidadão inferior socialmente, marginalizado, bandido, violentado de diversas formas ao longo do processo histórico.

O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (...). Em suma, a sociedade brasileira largou o negro a seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (FERNANDES, 2008, p. 29-35).

Muitas foram às lutas da população negra e dos movimentos sociais para combater, conscientizar e reparar os séculos de racismo no Brasil, entretanto, enraizado nas estruturas sociais, políticas, linguísticas, econômicas, religiosas e culturais, o racismo permaneceu latente, subtendido como algo do passado, mas tão presente e preciso nos dias dos brasileiros que tanto o negaram.

“(...) erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' (...)”. No entanto, "devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão

óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.” (NASCIMENTO, 1978, pp.41 e 92).

Foi nessa construção de sociedade brasileira, que Bolsonaro se aproveitou e construiu seus discursos, com uma retórica sempre disfarçada e permeada pelo discurso da miscigenação e da exclusão da ideia de raça.

Foram inúmeras às declarações discriminatórias de Bolsonaro que apoiavam ações de preconceito racial e que prejudicavam substancialmente a vida da população negra. Bolsonaro não se preocupava com as relações étnico-raciais no Brasil, seus discursos eram extremamente discriminatórios e empregam um teor cômico quando relacionados às pautas que englobavam as minorias historicamente exploradas e violentadas na história da sociedade brasileira. Escancaradamente seu discurso desconsiderava séculos de opressão, violência, assassinato das populações negras do país, como rejeitavam o passado de escravidão e exclusão cidadã dos povos negros.

O comportamento de Bolsonaro com os negros foi excludente, fazia parte de uma retórica discursiva implantada em sua ideologia e gestão que possuía por intuito pejorativo desconstruir e desequilibrar narrativas e pautas ideológicas, antirracistas e democraticamente inclusivas já existentes na sociedade brasileira que valorizavam a inclusão de temas raciais.

Que dívida histórica é essa que temos com os negros? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida. (...) o negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro. Na academia militar das agulhas negras, vários negros se formaram comigo, alguns abaixo de mim e outros acima de mim. Pra quê cotas?’. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Essas tratativas do chefe do executivo expressavam sua total ineficácia, desinteresse e compreensão das relações étnico-raciais. Um país que explorou por quase quatrocentos anos populações negras e que não possuía uma dívida histórica era irreal, a democracia racial que o presidente celebrava consistia apenas na produção de um imaginário social transformado em ideologia nas relações sociais brasileiras e constantemente difundido no país, o da democracia racial. A postura pública e discursiva do chefe de governo brasileiro reforçava estereótipos em relação aos negros, aproveitava de uma postura socialmente antidemocrática e de um país historicamente racista.

Era preciso desconstruir o mito da democracia racial que permeava o imaginário brasileiro, entretanto, para que tal situação ocorresse, fazia-se necessário que os



governantes brasileiros e todos os membros da sociedade estivessem conscientes do poder do discurso, das suas práticas e posturas públicas. O racismo existia, persistia e se enraizava no Brasil mediante ao exercício de ações que permeavam a estrutura de toda nossa sociedade, o viés político de Bolsonaro propagava e energizava tais raízes e concepções racializadas e racistas.

Combater o racismo no Brasil requereu defesa e exercício constante dos direitos presentes na Constituição Federal de 1988, incumbia lembrar que a carta constitucional incorporava em seus artigos e textos os direitos humanos tão esquecidos e desrespeitados pelo governante brasileiro.

O Brasil participou ativamente de várias iniciativas internacionais e regionais para combater o racismo nas décadas e gestões anteriores, quando Bolsonaro promoveu discursos de Política Externa racista, perpetuou no imaginário interno e externo (mundial) uma imagem de país que desrespeitava as relações étnico-raciais, de uma nação que não efetivava seus acordos internacionais na luta contra os múltiplos racismos existentes. O bolsonarismo consagrou para o país uma política internacional permeada por relações unilaterais e de princípios ultraconservadores que ocasionaram no isolamento da nação junto à sociedade internacional.

### **3.3 BOLSONARO E OS DIREITOS HUMANOS**

Foi a partir da Constituição de 1988 que O Brasil começou a incorporar em suas legislações, acordos, tratados e normas internacionais os direitos humanos. O Estado brasileiro começou a garantir que seus cidadãos pudessem ser contemplados pelos direitos humanos a partir de políticas públicas governamentais, a própria constituição celebrava em seu artigo 5º e 6º vários elementos presentes na Carta de declaração dos direitos humanos. O país começou a modificar expressivamente sua conduta em relação aos direitos constituídos de mulheres, crianças e homens, levando em conta suas respectivas características (gênero, sexo e raça). Muitas medidas foram tomadas e implantadas nos governos anteriores ao bolsonarismo.

O marco inicial do processo de incorporação de tratados internacionais de direitos humanos pelo Direito Brasileiro foi a ratificação, em 1989, da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. A partir desta ratificação, inúmeros outros importantes instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos foram também incorporados pelo Direito Brasileiro, sob a égide da Constituição Federal de 1988. (PIOVESAN, 1999, p.95).

Com a inserção do pensamento bolsonarista a partir de 2018, implantou-se no Brasil um retrocesso em relação aos direitos humanos. As garantias constitucionais legais foram questionadas, o presidente esforçava-se em promover medidas antidemocráticas, violar os direitos humanos de grupos diversificados em seus discursos, Jair atacava incansavelmente os direitos das populações negras, de gênero, entre outras minorias. Seu programa de governo consistia em reduzir garantias e direitos. Seu interesse ideológico era conservador, extremista, xenofóbico, misógino, sexista e racista.

Aveso à universalidade das garantias civis asseguradas pela Constituição, o presidente tem se dedicado a fazer avançar a sua agenda de luta contra os direitos humanos de uma série de grupos, como negros, indígenas, quilombolas, mulheres, população LGBTQ+ e, em particular, pessoas em privação de liberdade. (GRILLO et al, 2019, p.15).

Havia uma clareza no que tangia o descumprimento da constituição e dos direitos humanos na gestão federal promovida pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, existia uma desconstrução constante presente nos discursos bolsonarista no que condizia aos objetivos propostos dentro da democracia implantada no Brasil após os anos de regime militar. Fosse pela sua retórica, por meio de seus atos, descaracterização de secretarias ministérios, medidas e decretos executivos ou propostas de projetos de lei, que desestimulavam o circunscrito nos documentos constitucionais, acordos, normas e tratados nacionais e internacionais.

Existia na gestão de Bolsonaro um recuo dos direitos humanos no Brasil, em seu governo havia uma concepção de nação resultante de uma ideologia e discurso autoritário, antidemocrático, que promovia ódio e concebia um país não inclusivo. Propagados nas diferentes regiões do Brasil, essa pauta e agenda bolsonarista lutavam contra os direitos humanos e uma série de grupos, como negros, indígenas, mulheres, população LGBTQI+ e tantos outros grupos minoritários. Bolsonaro não compreendia os direitos fundamentais e inalienáveis desses indivíduos pertencentes aos grupos compostos de minorias, sua discriminação foi direcionada, seccionada, sua violação era um projeto de governo, uma ideologia implantada que previa combater a ideia de que todos deviam ser tratados com respeito e dignidade. Sua retórica esteve norteadada para desenvolver no Brasil e na sociedade uma situação de desmonte das lutas individuais, fossem elas raciais, de gênero ou étnicas.

Os direitos humanos são fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa; os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a

todas as pessoas; os direitos humanos são inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada de um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal; os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros; Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa (UNIC - RJ, 2021).

Ao discursar inúmeras vezes contra igualdade, respeito, dignidade, direitos que competiam ao gênero, raça, etnias, condições de paridade econômica e social, o chefe do executivo assegurava que essas pautas fossem postas em desconstrução, fossem questionadas e desacreditadas em âmbito nacional. Sua postura, conduta e decisões resultariam na perda de direitos fundamentais, ao reformular secretarias e ministérios, ao colocar na gerência pessoas que não entendiam das pautas específicas dessas minorias, indivíduos que compunham o conservadorismo como os ruralistas e pastores. O avanço do conservadorismo na gestão bolsonarista causaria prejuízos civis e sociais, houve um desmonte nos direitos das mulheres, negros, indígenas, povos tradicionais e etc. Um crescente aumento na violência policial e civil contra essas populações, e uma fragilidade nas estruturas de proteção governamentais, que ao seguirem os dizeres enunciados na cartilha ideológica do Presidente da República evidenciaram um despreparo, mas também um desinteresse nas pautas levantadas e defendidas por esses grupos minoritários. Quando não por menos, corroboraram para uma perspectiva de sociedade enraizada em uma percepção e ótica cristã ortodoxa, nacionalista e tradicional, cujo lema ficou marcado pelos dizeres do próprio presidente, “Deus, pátria e família”. O presidente se empenhou em assegurar pessoalmente em seus discursos o não exercício dos direitos sociais e individuais, dos direitos humanos no solo brasileiro.

Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (BRASIL, 1988, p.9).

O papel do Presidente da República deveria ser o de promover e assegurar o desenvolvimento de uma sociedade plural, justa e com valores pautados na liberdade, na integridade, dignidade e respeito de todos os cidadãos, um promotor e defensor de soluções que protegessem os direitos humanos, que propagassem o avanço da construção e proteção dos direitos fundamentais e elementares de um regime

democrático, seu discurso deveria ser enraizado na democracia, na lei e na inserção e inclusão de todos os indivíduos que compunham sua respectiva sociedade.

A ideologia bolsonarista caminhava na contramão do viés democrático, arraigada nos discursos xenofóbicos, sexistas, machistas, misóginos e racistas, não integrava, não era justa, libertadora ou plural, antes disso, foi excludente e vil. Os brasileiros e a sociedade que a seguiam, aplaudiam, consistiram em reflexos de um Brasil que não conseguia compreender os motores da existência de um regime democrático, suas nuances, raízes e projetos.

O Brasil da gestão Bolsonaro, os brasileiros que o elegeram ao cargo presidencial, faziam parte do país que faliu em sua intencionalidade democrática, mas que vigorou no regime antidemocrático, no discurso de ódio, na aversão ao estrangeiro, na inferioridade, disparidade e exclusão de mulheres, negros e tantos outros grupos. Foi um governo resistente aos direitos humanos em nível nacional e internacional.

Internacionalmente o Brasil de Bolsonaro foi observado externamente por jornais, chefes de Estados e órgãos mundiais como um país do negacionismo, da relação externa pautada na servidão dos interesses estadunidenses, das ações sem credibilidade em âmbito diplomático. As atuações do bolsonarismo compunham ao país uma identidade ancorada na descrença internacional, na posição de subordinação e na decadência de sua antiga liderança no bloco sul americano.

O governo Bolsonaro promoveu uma política semelhante ao período da Guerra Fria, polarizada, alinhada e subordinada aos EUA, dependente do reconhecimento externo, desvalorizava o protagonismo do país em nível internacional e regional. Um país isolado, com pouquíssimas relações internacionais, um presidente marginalizado, sentava em esquinas com o seu seletivo grupo, discursava sem visibilidade, sem recepções e honras de Estado, não era acolhido pelos principais chefes das nações do mundo, simbolizava o ultraconservadorismo.

O Brasil ficou mundialmente reconhecido nesses 04 anos de mandato do chefe do executivo como uma nação fundamentalista, retrógrado, como um país sem credibilidade diplomática, símbolo do retrocesso dos trópicos e nos direitos humanos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seus quatro anos de gestão, o governo Bolsonaro caminhou para não reeleição, reflexos de uma agenda ortodoxa, composta da desconstrução dos direitos humanos e da descontinuidade da defesa das liberdades e garantias individuais.

O objetivo principal desse artigo científico foi evidenciar e analisar os discursos, práticas e ações de Jair Messias Bolsonaro em relação aos direitos humanos e constitucionais no Brasil durante os anos de seu mandato político como presidente da República, e compreender como o campo discursivo produz impactos negativos na sociedade e na relação da população com o entendimento de democracia e cidadania.

Entendendo que a agenda bolsonarista impactou na desestruturação das cidadanias de muitos brasileiros de forma negativa em relação à promoção e proteção de seus direitos, corroborando significativamente para que muitos cidadãos tivessem suas identidades, dignidades e integridades mutiladas ao longo dos quatro anos de exercício dessa agenda conservadora no país. Que esse viés político que foi vivenciado no país contribuiu para um cenário indigno e de enfraquecimento das estruturas democráticas nacionais e internacionais brasileiras. O bolsonarismo mutilou substancialmente as relações internacionais da nação brasileira, legando ao país um lugar isolado na comunidade internacional.

O Bolsonarismo promoveu um esfacelamento da sociedade brasileira, em níveis sociais, éticos, morais, científicos e culturais. Por meio deste artigo propôs-se analisar o período e seus impactos entre os anos de 2019 até 2022 nas cidadanias brasileiras e nas relações internacionais. Esse estudo proporcionou uma concisa percepção de como o chefe do executivo degradou o histórico do país nas relações internacionais, levando que nações reconhecessem o Brasil mundialmente como uma nação fundamentalista, retrógrada, sem credibilidade diplomática, símbolo do retrocesso dos trópicos e nos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. **Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos estudos. v. 38. n. 1. p. 185-213. CEBRAP: São Paulo. jan.– abr. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?stop=next&lang=pt&for-mat=html>>. Acesso em 25 set. 2024.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AVRITZER, Leonardo; ZANANDREZ, Priscila. **Entre o passado e o futuro: a disputa em torno da participação**. Belo Horizonte: Revista do Serviço Público (RSP), Brasília 75(especial A) 35–58 agosto 2024.
- BARROS, Leonardo Patrício De; PEREIRA, Maira Carvalho. **DESIGUALDADE DE GÊNERO NO GOVERNO BOLSONARO: reflexões sobre a manutenção do conservadorismo pela via da religião**. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS 11 a 13 de outubro de 2022. Rio de Janeiro, 2022.
- BARROSO. L. R. **A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- BAUMAN, Z; MAURO, E. Babel: **Entre a incerteza e a esperança**. Tradução Renato Aguiar. Zahar, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Senado Federal. **Direitos humanos: atos internacionais e normas correlatas**. 4º edição. Brasília, 2013-2014.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.
- BRUSTOLIN, Alessandra: **O autoritarismo anunciado: uma análise do discurso do presidente Jair Bolsonaro**. Brasília, UNB, 2021.
- CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.
- DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia**. *Educação & Realidade*, v. 45, 2021.
- DUARTE, Phelipe Magalhães. **COVID-19: Origem do novo coronavírus in Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 3585-3590, 2020.
- ECO, H. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. Editora Record: Rio de Janeiro e São Paulo, 2018.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. 5º

ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso**. In: FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Brasil em transe: Nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 09-24. (Coleção Pensar Político).

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-dizbolsonaro.shtml>. Acesso em: 30 de set. 2024.

GAVENTA, J. Prefácio. In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (Orgs.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

GRILLO, Carolina; GODOI, Rafael; MONTEIRO, Lício; HIRATA, Daniel. **Da desregulamentação à intervenção: as políticas de controle do crime e da violência no governo Bolsonaro**. Brasília, 2019.

Jornal da USP. **Estudo atesta discurso negacionista de Bolsonaro nos primeiros seis meses de pandemia**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-atesta-discursonegacionista-de-bolsonaro-nos-primeiros-seis-meses-de-pandemia/> Acesso em 26 set. 2024.

MARKOFF, John. Really existing democracy: learning from Latin America in the late 1990s. *New Left Review*, p. 48-68, 1997.

MORAIS, J. A.; MILANEZI, F. S. **Democracia convivendo com o apoio a regimes autoritários: a cultura política dos jovens porto alegrenses**. *Conexão Política, Teresina* v. 9, n. 2, 41 – 58, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223947/001128578.pdf?sequence=1>. Acesso em 26 set. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.

O GLOBO. **BOLSONARO zomba de Brigitte Macron no Facebook e é acusado de sexismo**. *O Globo*, 2019, disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-zomba-debrigitte-macron-em-comentario-no-facebook-e-acusado-de-sexismo-23903418>. Acesso em: 29 set.2024.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PIOVESAN, Flávia. **A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos**. In BOUCAULT, E.A.; ARAÚJO, N. *Os direitos humanos e o direito internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p.128.

Ribeiro, R. J. (2017). **A boa política: ensaios sobre a democracia a era da internet**. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

RODRIGUEZ, G. **A Política Externa Brasileira - subordinada, ideologizada e misógina**. Friedrich-Ebert-Stiftung – Ordem Global e Regional, p. 14, nov. 2020.

SANTOS, B. S., & CHAUI, M. (2013). **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo, SP: Cortez.

SANTOS, Milton. **O preconceito: As Cidades Mutiladas**. Editora Imprensa oficial do Estado: São Paulo, 1996/1997.

SELIS, Lara Martim Rodrigues; PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. **Ordem Global e Regional: Política externa do governo Bolsonaro e a aliança transnacional antigênero**. São Paulo, 2021.

SILVA, Jardel Marcos da; SALDANHA, Portilho. **Racismo e injúria racial: formas distintas de discriminação, enraizadas no preconceito**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 25, n. 6351, 20 Nov. 2020.

SILVEIRA, Joaquim Cardoso da Neto; DAMASCENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. **Institucionalização da violência pela língua: ódio e intolerância nos discursos de Bolsonaro**. Universidade Federal de Sergipe: Sergipe, 2024.

SOUSA, Janayna de; BRUSSIO, Josenildo Campos. **Racismo estrutural no Brasil: a luta por uma sensibilidade do mundo decolonial**. Maranhão – Brasil. v.08, n. 1, 2023.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TURINI, Yasmin Rocha; CORRÊA, Nicholas dos Santos. **As influências do antipetismo no jogo político atual: o atravessamento do fenômeno nas eleições de 2018**. Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, jan./dez. 2020. Anual. Disponível em: [revistas.ufrj.br/index.php/habitus](http://revistas.ufrj.br/index.php/habitus).

UNIC. **O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS? Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil** (UNIC – Rio de Janeiro), 2021. Disponível em: Acesso em: 29 de set. de 2024.

WERNECK, Guilherme et al. **Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2021.